

# Interdisciplinaridade Como Bem Social: Expectativas E Percepções Discente Da Primeira Turma De Doutorado Em Estudos De Fronteira Da Universidade Federal Do Amapá

Donizete Vaz Furlan  
Letícia Fernanda Rodrigues  
José Francisco De Carvalho

---

## Resumo

*O ingresso da primeira turma do Doutorado em Estudos de Fronteira representa um marco institucional e social, consolidando a interdisciplinaridade como bem coletivo. A diversidade de formações dos discentes, oriundos de áreas como história, direito, enfermagem, sociologia, engenharia florestal e tecnologia, permite compreender as fronteiras em suas múltiplas dimensões: geográficas, culturais, jurídicas, tecnológicas e humanas. O artigo demonstra que a interdisciplinaridade, mais que uma opção metodológica, constitui exigência ética para a promoção dos direitos humanos, da função social do trabalho e da formulação de políticas públicas. Ancorado em fundamentos constitucionais e em autores como Porto, Wanderley, Fazenda, Foucault e Martins, o estudo evidencia que a produção científica só se legitima quando comprometida com a transformação social e com a defesa da dignidade humana nas fronteiras. Conclui-se que a primeira turma não apenas inaugura um curso, mas estabelece um movimento de resistência epistemológica frente aos mecanismos de exclusão e às práticas de poder que atravessam os territórios fronteiriços.*

**Palavras Chave:** Interdisciplinaridade. Direitos humanos. Estudos de fronteira. Função social. Políticas públicas

---

Date of Submission: 07-12-2025

Date of Acceptance: 17-12-2025

---

## I. Introdução

O ingresso na primeira turma do Doutorado em Estudos de Fronteira<sup>1</sup> representa não apenas um marco institucional, mas também um compromisso ético e social. A formação doutoral, quando orientada pelo diálogo interdisciplinar, não se limita à produção científica em si, mas assume a função social de iluminar caminhos para a defesa dos direitos humanos, a valorização do trabalho como prática transformadora e a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e regional.

Desde os primeiros encontros em sala de aula, ficou evidente a riqueza dessa diversidade. Observa-se um conjunto amplo de sujeitos. A turma é formada por engenheiros florestais, enfermeiros, tecnólogos da informação, advogados, assistentes sociais, historiadores, sociólogos, geógrafos que, ao compartilharem suas experiências, fortalecem o curso como bem coletivo. Essa pluralidade permite compreender as fronteiras em suas múltiplas dimensões: geográficas, culturais, jurídicas, tecnológicas e humanas.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, não é apenas uma metodologia de pesquisa, mas uma prática social que reconhece a complexidade do real. Em regiões de fronteira, onde se cruzam povos, saberes e interesses, torna-se impossível reduzir a análise a uma única lente disciplinar. O doutorado inaugura, assim, um espaço de

---

<sup>1</sup> O Doutorado em Estudos de Fronteira encontra-se regularmente **reconhecido pelo Ministério da Educação**, nos termos da **Portaria MEC nº 113, de 17 de fevereiro de 2025**, publicada no *Diário Oficial da União* em 19 de fevereiro de 2025, Seção 1, p. 79. O referido ato **homologa o Parecer CNE/CES nº 58/2025**, resultante das deliberações da **229ª Reunião Ordinária** e da **2ª Reunião Extraordinária** do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES/CAPES), realizadas em 20–21 de maio de 2024 e em 1º de julho de 2024, respectivamente, reconhecendo cursos de pós-graduação *stricto sensu* — mestrado e doutorado — avaliados positivamente no âmbito da CAPES, autorizando seu funcionamento regular em todo o território nacional, nos termos do art. 1º e do art. 2º do ato ministerial.

síntese crítica, no qual diferentes áreas do conhecimento se entrelaçam em busca de soluções concretas para problemas que afetam populações historicamente invisibilizadas.

Outro aspecto relevante é o papel da universidade como instituição pública que assume sua função social. Ao abrir uma linha de pesquisa voltada especificamente às fronteiras, o programa reafirma o compromisso da educação superior com o desenvolvimento regional e a democratização do conhecimento. Trata-se de um posicionamento político e científico que valoriza a Amazônia e reconhece sua centralidade nos debates sobre soberania, cidadania e justiça social.

Não se pode ignorar, ainda, que a primeira turma nasce em um contexto de crise civilizatória, marcado por desigualdades sociais, precarização do trabalho e ameaças ambientais, principalmente com debates relacionados a exploração de hidrocarboneto na foz do Amazonas. Esse cenário exige uma ciência que não seja neutra, mas engajada com a transformação da realidade. O doutorado em Estudos de Fronteira responde a esse desafio ao propor uma epistemologia crítica, que questiona o poder, denuncia injustiças e aponta alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, a diversidade dos discentes reflete também a necessidade de novos paradigmas formativos. A experiência acumulada pelos estudantes em suas trajetórias profissionais e sociais amplia o horizonte do curso e enriquece o debate científico. A sala de aula torna-se, assim, um laboratório vivo de práticas interdisciplinares, em que teoria e prática se encontram para produzir conhecimento socialmente referenciado e comprometido com os direitos humanos.

## **II. Metodologia Do Trabalho**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica e interpretativa, orientada pela compreensão da interdisciplinaridade como patrimônio coletivo e bem social no contexto da formação em Estudos de Fronteira. O percurso metodológico articula três eixos principais: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e análise interpretativa.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa documental sistemática nos Currículos Lattes de cada discente da primeira turma do Doutorado em Estudos de Fronteira da UNIFAP, com o objetivo de mapear suas formações de graduação e mestrado, linhas de atuação acadêmica, temas de pesquisa desenvolvidos e campos prioritários de interesse científico. A coleta dos dados ocorreu por meio de acesso direto à Plataforma Lattes – CNPq, garantindo a utilização de informações públicas, oficiais e atualizadas, adotadas conforme os princípios éticos da pesquisa acadêmica.

Os dados levantados foram organizados em quadros comparativos e analíticos, resultando na construção da Tabela 1, que sintetiza o perfil interdisciplinar dos sujeitos investigados e evidencia a materialização empírica da proposta do programa.

Paralelamente, procedeu-se à pesquisa bibliográfica em bases científicas digitais, com destaque para o Google Acadêmico, além de periódicos indexados e obras de referência na área de Educação, Estudos de Fronteira, Ciências Sociais Aplicadas, Saúde e Direitos Humanos. Essa etapa teve como finalidade subsidiar teoricamente as categorias de análise mobilizadas no estudo, notadamente os conceitos de interdisciplinaridade, função social do conhecimento, condição fronteiriça, biopoder, racismo de Estado e participação social, amparando-se em autores como Fazenda, Porto, Wanderley, Foucault, Martins, Joseph, Cavlak, Sá e Ferreira, entre outros. A literatura selecionada foi utilizada tanto para construir o arcabouço teórico quanto para estabelecer o diálogo crítico entre a produção acadêmica já consolidada e a experiência concreta da primeira turma do doutorado.

A etapa final consistiu em um procedimento analítico-interpretativo de caráter reflexivo, no qual os dados documentais, referentes às trajetórias formativas dos discentes, foram confrontados com o referencial teórico mobilizado, permitindo identificar padrões, convergências temáticas, interfaces disciplinares e centralidades problemáticas que caracterizam a produção de conhecimento no âmbito do curso.

Essa análise não se limitou a uma descrição quantitativa dos perfis acadêmicos, mas buscou compreender o significado social e epistemológico da diversidade de formações e de objetos de pesquisa no contexto amazônico, reafirmando a interdisciplinaridade como prática pedagógica, política e científica comprometida com a defesa da dignidade humana e com a produção de saber socialmente referenciado.

Desse modo, a metodologia adotada integra fontes documentais institucionais (Plataforma Lattes e dados oficiais da UNIFAP), levantamento bibliográfico especializado e análise qualitativa interpretativa, garantindo rigor científico, coerência epistemológica e alinhamento direto com a proposta do artigo: demonstrar que a interdisciplinaridade, tal como vivenciada na primeira turma do Doutorado em Estudos de Fronteira, não se reduz a um arranjo técnico entre disciplinas, mas configura-se como instrumento de mediação crítica, construção coletiva do conhecimento e promoção da função social da universidade pública.

### **III. Direitos Humanos, Função Social E Políticas Públicas**

O estudo das fronteiras, ao ser transversalizado pela interdisciplinaridade<sup>2</sup>, revela-se essencial para a promoção dos direitos humanos. Ao integrar saberes e vivências, a turma inaugura uma abordagem que se conecta diretamente às demandas sociais mais urgentes: o combate às desigualdades, a atenção às populações vulneráveis e a defesa da dignidade humana.

Essa perspectiva encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 1º:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político” (BRASIL, 1988).

Além disso, o artigo 3º reforça os objetivos fundamentais da República, entre eles: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos” (BRASIL, 1988).

No campo das relações internacionais, o artigo 4º da Carta Magna consagra princípios que atravessam os estudos de fronteira, como “a prevalência dos direitos humanos”, “a autodeterminação dos povos”, “a não intervenção”, “a defesa da paz”, “a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” e “a solução pacífica dos conflitos” (BRASIL, 1988).

Esses fundamentos dialogam com Porto (2010), que lembra: “a fronteira é o lócus de encontros, desencontros e novos encontros. É onde o meu e o teu se interagem e se relacionam” (PORTO, 2010, p. 233). Assim, a política e a ciência devem ser instrumentos de mediação para que esses encontros fortaleçam a dignidade humana e ampliem a cidadania.

Essa compreensão se soma às análises de Wanderley (2018), para quem a Amazônia deve ser pensada pela categoria fronteira em novos termos: “não mais como uma fronteira restrita aos limites nacionais, mas inserida no bojo da integração sul-americana e sob a cobiça do capital global, que a compreende como a fronteira do capital natural ou uma das últimas grandes fronteiras de acumulação no mundo” (WANDERLEY, 2018, p. 14).

Essa dinâmica complexa exige um olhar igualmente complexo por parte daqueles que se propõem a estudar a fronteira. Nesse sentido, a interdisciplinaridade surge não como uma opção, mas como uma necessidade metodológica e ética. Conforme salienta Fazenda (2011, p. 34), “a interdisciplinaridade é uma atitude, um modo de ser e de pensar perante as questões do conhecimento e da vida, implicando abertura, reciprocidade e integração”.

A atitude interdisciplinar vivida pela turma é, portanto, a resposta prática à natureza multifacetada do objeto de estudo, permitindo que a análise não se restrinja a uma única lente teórica e possa capturar a totalidade social da fronteira.

Essa abordagem corrobora a visão de que a função social do conhecimento acadêmico é inseparável da promoção de direitos, pois somente uma compreensão abrangente pode fundamentar políticas públicas verdadeiramente eficazes e inclusivas.

Neste ponto, o pensamento de Michel Foucault (2005) oferece uma chave interpretativa fundamental. O autor demonstra que, a partir do século XVIII, consolida-se um novo tipo de poder, o “biopoder”, que não mais opera sob a lógica soberana de “fazer morrer e deixar viver”, mas sob a lógica de “fazer viver e deixar morrer”. Este poder incide sobre a vida da população, gerenciando-a através de mecanismos de regulamentação que visam otimizar processos biológicos e econômicos, como natalidade, saúde e produtividade.

A fronteira, enquanto espaço de gestão de fluxos populacionais e de controle de corpos, é um território privilegiado para o exercício desse biopoder. Compreendê-lo é essencial para desnaturalizar as práticas de Estado que, sob o pretexto da gestão e da segurança, podem operar distinções que fragilizam grupos específicos.

### **IV. A Sala Interdisciplinar Como Laboratório: Metodologias Práticas Observativas E Empíricas**

O caráter inovador da turma não se limita ao conteúdo, mas se manifesta também nas metodologias adotadas. A observação participante, a prática coletiva e a pesquisa empírica ganham protagonismo no processo formativo. As aulas, conduzidas de maneira aberta e dialógica pelos professores, privilegiam a escuta, a troca de experiências e a construção compartilhada de saberes. As discussões acadêmicas abarcam de assuntos fármacos até materialização de (in)concretização de direitos individuais, coletivos e difusos.

<sup>2</sup> Segundo Tonet (2013), a interdisciplinaridade não deve ser entendida apenas como um método de soma de conhecimentos fragmentados, mas como uma possibilidade de compreensão do real em sua totalidade concreta, o que implica reconhecer que o saber está ontologicamente vinculado ao mundo do trabalho e à emancipação humana.

Nesse cenário, a contribuição dos alunos torna-se vital: suas vivências profissionais e sociais trazem uma dimensão concreta ao que se discute teoricamente. O engenheiro que analisa cadeias de valor de extrativos no Amapá, o enfermeiro que estuda endemias, o tecnólogo que investiga tecnologias de monitoramento de fronteiras ou o jurista que examina as dimensões normativas da integração regional. Enfim, todos acrescentam camadas de compreensão que enriquecem o campo científico e ampliam o alcance social do curso.

Esse processo de construção coletiva do conhecimento exemplifica o que Demo (2000, p. 81) define como "pesquisa como princípio educativo", na qual a investigação científica não é um momento apartado da formação, mas a sua própria base. O diálogo entre as diferentes expertises não se limita a somar visões, mas a catalisar a criação de um novo patamar de entendimento, tipicamente interdisciplinar.

A metodologia dialógica adotada nas aulas opera, assim, uma dupla função: capacita o pesquisador para a complexidade do objeto e, simultaneamente, gera um conhecimento socialmente referenciado, cujo valor está ancorado na capacidade de responder aos problemas concretos da realidade fronteiriça.

A observação participante e a escuta das narrativas locais, metodologias centrais no curso, permitem capturar as micro-relações de poder que Foucault (2005) chamou de "disciplina" – tecnologias que atuam sobre os corpos individuais para torná-los dóceis e úteis. Ao trazerem suas experiências profissionais, os discentes iluminam como essas tecnologias disciplinares (controle migratório, vigilância sanitária, gestão do trabalho) se articulam, nas fronteiras, com os mecanismos regulatórios do biopoder que administram a população como um todo.

Esta articulação entre o disciplinar e o regulamentador é, para Foucault (2005, p. 302), precisamente o que define a "sociedade de normalização", onde a norma circula do corpo à população, justificando intervenções.

## V. O Curso Como Bem Social: Sujeitos Discentes

Ser a primeira turma de um doutorado multidisciplinar em Estudos de Fronteira é assumir uma responsabilidade histórica. Não se trata apenas da formação individual de pesquisadores, mas da criação de um patrimônio coletivo, que pode influenciar diretamente o desenvolvimento regional e a formulação de políticas públicas de longo prazo.

A universidade, nesse sentido, cumpre sua função social ao oferecer um espaço onde diferentes saberes dialogam. O curso torna-se um bem social porque está enraizado nas demandas concretas das populações de fronteira: o enfrentamento de problemas de saúde pública, a valorização dos recursos naturais, o combate às práticas ilegais e a promoção de direitos básicos.

Flávio Martins Nunes Júnior ensina que "a função social da ciência e do estudo é inseparável da realização dos direitos fundamentais" (MARTINS, 2023). Entre esses direitos, destaca-se o direito social à educação, que deve ser preservado em tempos de crise como "investimento em cidadania, igualdade e dignidade humana" (MARTINS, 2017).

Essa dimensão se conecta ao que Porto e Nascimento (2010) chamam de "condição fronteiriça", um espaço "historicamente construído, reestruturado, resignificado, constantemente (re)inventado" (PORTO, 2010, p. 234).

De igual forma, Wanderley (2018) observa que "o espaço regional amazônico do início do século XXI concilia, de maneira combinada e conflituosa, aspectos modernos do desenvolvimento capitalista contemporâneo [...] e práticas e culturas dos povos tradicionais" (WANDERLEY, 2018, p. 39). Assim, o curso contribui para reinventar a fronteira como espaço de cidadania, desenvolvimento e inclusão. Contudo, essa reinvenção não pode ignorar os riscos inerentes aos mecanismos de poder identificados por Foucault (2005). O autor alerta que o racismo, entendido não apenas como ódio étnico, mas como um mecanismo de fragmentação biológica da população, surge como a condição para que um Estado centrado no biopoder possa exercer a função de morte.

Nas fronteiras, esse racismo de Estado pode se manifestar na hierarquização de vidas, onde certos grupos (migrantes, povos originários, populações empobrecidas) são vistos como "perigos biológicos" a serem contidos, controlados ou eliminados, sob a justificativa de proteger a população "sadia" ou o território nacional. O doutorado, como bem social, assume assim a tarefa urgente de desconstruir esses mecanismos, denunciando como o discurso da segurança e da gestão pode mascarar práticas de exclusão e violência. A interdisciplinaridade torna-se, então, uma ferramenta de vigilância crítica contra a naturalização do racismo de Estado.

**Quadro 1. Sujeitos, formação e pesquisa: materializando a interdisciplinariedade**

Sujeitos	Graduação	Mestrado	Cerne da pesquisa
Sujeito 1.	Ciências Sociais	Desenvolvimento da Amazonia Sustentável	Educação Regionalizada
Sujeito 2.	Direito/História	Direitos Humanos	Tráfico/Contrabando de Pessoas

<sup>3</sup> O quadro 1 foi pensado a partir de orientações realizadas pelo Professor Doutor José Francisco de Carvalho e adaptada pelo discente Donizete. Os dados foram tirados dos currículos Lattes dos doutorandos e também de

<b>Sujeito 3</b>	Enfermagem	Terapia Intensiva	Saúde Única em Contextos Fronteiriços
<b>Sujeito 4.</b>	Engenheiro Florestal	Desenvolvimento da Amazonia Sustentável	Sustentabilidade e Georreferenciamento e Geoprocessamento
<b>Sujeito 5</b>	História	História	Educação Regionalizada
<b>Sujeito 6</b>	Enfermagem	Ciências da Saúde	Gênero em Regiões de Fronteira
<b>Sujeito 7</b>	Geógrafo	Geografia	Gestão Costeira Marítima
<b>Sujeito 8</b>	Ciências Sociais	Estudos de Fronteira	Foco em Relações Internacionais (mas área específica não informada no lattes)
<b>Sujeito 9.</b>	Educação Física	Geografia	Impactos Socioambientais em Povos da Floresta
<b>Sujeito 10</b>	Jornalismo	Estudos de Fronteira	Violência e Facções
<b>Sujeito 11</b>	Direito	Direitos Humanos	Letramento Racial em Regiões de Fronteira

Fonte: Unifap e Plataforma Lattes, adaptado pelo autor, 2025.

O *Quadro 1* materializa, de forma concreta, a proposta epistemológica do Doutorado Multidisciplinar em Estudos de Fronteira da UNIFAP ao evidenciar a diversidade de trajetórias formativas dos sujeitos investigados e a pluralidade de recortes de pesquisa assumidos pela primeira turma. Observa-se a presença equilibrada de áreas clássicas das ciências humanas (Direito, História, Sociologia, Geografia, Ciências Sociais, Jornalismo) articuladas com campos estratégicos das ciências da saúde e ambientais (Enfermagem, Educação Física, Engenharia Florestal), compondo um mosaico que rompe com a compartimentalização disciplinar tradicional.

Essa heterogeneidade confirma que a fronteira amazônica exige abordagens integradas capazes de relacionar saúde, território, direitos humanos, sustentabilidade, educação, memória cultural, dinâmicas migratórias e governança ambiental. A própria distribuição dos temas, trânsito de pessoas, tráfico e contrabando, saúde única, gênero, gestão costeira, educação regionalizada, impactos socioambientais, sustentabilidade georreferenciada e letramento racial, demonstra uma convergência analítica em torno da defesa da dignidade humana e do uso socialmente responsável do território amazônico, mesmo quando partindo de métodos e perspectivas distintas.

A composição da turma, tal como descrita na tabela, evidencia ainda um elemento sociopolítico fundamental: a multidisciplinaridade não se apresenta apenas como escolha metodológica, mas como reflexo direto das demandas concretas da região de fronteira.

Os sujeitos não investigam problemas abstratos, mas realidades territorializadas que atravessam a vida das populações amazônicas: fluxos migratórios, acesso a direitos, desigualdades raciais e de gênero, pressões sobre ecossistemas, condições de saúde em áreas remotas e preservação de memórias coletivas.

Essa orientação prática reafirma o caráter do curso como **bem social**, pois demonstra que a produção científica aqui desenvolvida está voltada não somente à ampliação do conhecimento teórico, mas ao fortalecimento de políticas públicas e de mecanismos locais de proteção de direitos.

Ademais, a presença de mestrandos oriundos de programas de Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Ciências da Saúde, Geografia e Estudos de Fronteira indica um amadurecimento acadêmico prévio que contribui para elevar o nível crítico das pesquisas e potencializa a construção de análises intersetoriais, reforçando a função pública da universidade enquanto espaço de articulação entre ciência, território e cidadania.

## VI. Fronteiras Do Saber E Mobilidades Humanas: Interdisciplinaridade E Participação Local Na Amazônia

A compreensão da interdisciplinaridade como bem social adquire maior densidade quando observada à luz das experiências concretas de fronteira descritas por diferentes pesquisadores da região amazônica. O estudo de Handerson Joseph (2020) sobre *O sistema migratório haitiano nas Guianas* oferece uma leitura singular sobre as relações entre mobilidade, identidade e poder, demonstrando que as fronteiras amazônicas não são meros limites geopolíticos, mas territórios vivos de circulação de culturas, economias e afetos. Para o autor, as Guianas constituem um espaço social transnacional no qual os sujeitos haitianos constroem “territórios circulatórios”, isto é, redes de sociabilidade que desafiam a fixidez estatal e produzem novos modos de pertencimento.

Essa concepção de “saber-circular”, inspirada em Tarrius (2000) e reinterpretada por Joseph, aproxima-se da própria natureza da interdisciplinaridade. Assim como o migrante reinventa trajetórias ao transpor fronteiras, o pesquisador interdisciplinar recria percursos de conhecimento ao cruzar os limites entre as ciências. Ambos os movimentos são éticos e políticos, pois exigem reconhecer o outro, escutar as vozes marginalizadas e desafiar os

---

observações e percepções adquiridas durante as aulas da disciplina *Relações Internacionais, Desenvolvimento, Integração e Políticas Públicas* do Programa de Pós-graduação doutoral em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá. (PPGEF/UNIFAP).

mecanismos de exclusão impostos por estruturas de poder. A travessia, seja territorial ou epistemológica, torna-se então o ponto de convergência entre ciência e vida, entre teoria e prática.

De modo complementar, Martins e Cavlak (2020) analisam o *dilema da participação local na cooperação transfronteiriça Brasil-França*, concluindo que a ausência de envolvimento das comunidades amapaenses na formulação das políticas bilaterais comprometeu os resultados das ações implementadas. Essa falta de diálogo, observada nas relações institucionais do Platô das Guianas, é análoga à carência de transversalidade que muitas vezes limita a própria produção acadêmica. Quando o conhecimento se fecha em fronteiras disciplinares, repete-se a mesma lógica de exclusão que o campo político perpetua nas práticas de desenvolvimento.

A interdisciplinaridade proposta pelo Doutorado em Estudos de Fronteira responde, portanto, a esse desafio, ao valorizar as múltiplas vozes da Amazônia e transformar a pesquisa em um processo de escuta participativa. Como afirmam Martins e Cavlak (2020), compreender a fronteira implica considerar “as experiências temporais de múltiplos atores, sem relação com cronologias, mas com durações de vida vivida”, ou seja, com a historicidade concreta dos sujeitos amazônicos. Essa perspectiva dialoga diretamente com o campo empírico do programa, que integra pesquisadores de distintas formações e trajetórias em torno de um mesmo compromisso social e ético.

Essa mesma lógica de democratização do saber é enfatizada por Sá e Ferreira (2025) ao examinarem as perspectivas docentes sobre a educação básica no Amapá, no período posterior à estadualização. Os autores identificam que a ausência de continuidade nas políticas públicas e a limitação da participação dos professores nas decisões institucionais produziram um cenário de desvalorização e fragmentação do sistema educacional. Tais constatações demonstram que a produção de conhecimento, seja no campo da educação ou da fronteira, só se torna legítima quando incorpora os sujeitos que vivenciam a realidade estudada.

A convergência entre esses estudos é evidente: tanto o sistema migratório descrito por Joseph (2020), quanto a cooperação transfronteiriça analisada por Martins e Cavlak (2020) e a política educacional examinada por Sá e Ferreira (2025), revelam um déficit participativo estrutural. O denominador comum é a ausência de espaços efetivos de escuta e de reconhecimento das vozes locais. É precisamente contra essa lacuna que o curso de Doutorado em Estudos de Fronteira se insurge, convertendo a interdisciplinaridade em prática política e pedagógica. O diálogo entre diferentes campos do saber, longe de ser apenas um método de pesquisa, configura-se como ato de resistência e reconstrução epistemológica, uma travessia crítica rumo à justiça social e ao fortalecimento das identidades amazônicas.

Assim, à medida que os migrantes de Joseph atravessam fronteiras e constroem novas redes de sentido, os pesquisadores do doutorado atravessam fronteiras disciplinares e constroem novas epistemes. Ambos realizam o mesmo gesto ético: o de deslocar-se em direção ao outro. É neste movimento, simultaneamente geográfico, social e cognitivo, que a interdisciplinaridade se reafirma como bem social, instrumento de emancipação e de afirmação da dignidade humana na Amazônia contemporânea.

## **VII. Desafios E Oportunidades Da Primeira Turma**

Toda experiência pioneira traz consigo desafios. No caso deste doutorado, eles aparecem na forma de ajustes institucionais, definição de metodologias, necessidade de consolidação da identidade do programa e até mesmo na diversidade de trajetórias dos estudantes.

Porém, cada desafio é também oportunidade. A heterogeneidade da turma fortalece a capacidade crítica e o poder de análise sobre temas complexos. Se, de um lado, pode haver dificuldade em encontrar uma linguagem comum, de outro, há a riqueza de construir pontes entre disciplinas. Segundo Philippi Jr. et al. (2000), os problemas contemporâneos caracterizados pela alta complexidade, como os ambientais, sociais e territoriais, não podem ser adequadamente compreendidos por abordagens disciplinares isoladas, exigindo práticas interdisciplinares capazes de integrar diferentes campos do conhecimento, experiências institucionais e saberes sociais, de modo a potencializar a capacidade explicativa da ciência e sua contribuição para a sociedade.

Essa experiência dialoga com os estudos de fronteira, pois “a fronteira é um sistema construído pelos aspectos histórico, social e econômico, sendo politicamente estabelecida pelas suas relações externas” (PORTO, 2010, p. 234). Do mesmo modo, a primeira turma constrói sua identidade pela articulação de saberes diversos, fortalecendo o curso como espaço estratégico.

## **VIII. Considerações Finais**

Ao analisar a experiência da primeira turma do Doutorado em Estudos de Fronteira, fica evidente que a interdisciplinaridade não é apenas um detalhe metodológico, mas a espinha dorsal do curso. A diversidade de saberes se revela indispensável para a defesa dos direitos humanos, para a construção de políticas públicas sólidas e para a promoção do desenvolvimento social e regional.

Cada aluno, ao trazer consigo suas vivências e práticas, contribui para que o curso se torne mais do que um espaço de formação acadêmica: ele se converte em um instrumento de transformação social.

Porto (2010) lembra que “a fronteira é o lócus de encontros, desencontros e novos encontros” (p. 233). Da mesma forma, Wanderley (2018) adverte que a noção de fronteira continua sendo produzida “de fora para dentro, a partir da perspectiva do capitalista ‘colonizador’” (p. 41). Essa advertência reafirma a necessidade de um olhar crítico, capaz de compreender as fronteiras como espaços de conflitos, mas também de solidariedade e de construção de alternativas inclusivas.

Dessa forma, o doutorado se configura como um espaço de resistência epistemológica, onde se busca construir uma noção de fronteira “de dentro para fora”, a partir das perspectivas e necessidades das populações que a habitam e vivenciam. Esta iniciativa acadêmica alinha-se, portanto, ao propósito maior da educação superior, que, segundo Lück (2009, p. 15), “deve estar comprometida com a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de intervir positivamente na realidade social”. A primeira turma assume, assim, a dupla responsabilidade de produzir conhecimento científico de excelência e, ao mesmo tempo, honrar o compromisso da universidade pública com a transformação social, tornando tangível a ideia de que a interdisciplinaridade é, de fato, um bem social. A análise foucaultiana do biopoder e do racismo de Estado fornece o arcabouço teórico para compreender os desafios que nos aguardam. Como bem sintetiza Foucault (2005, p. 306), “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. Portanto, o compromisso ético deste doutorado é o de formar pesquisadores capazes de identificar e contestar essa articulação perversa, propondo alternativas que reafirmem a vida em sua plenitude e diversidade como valor supremo. O que se inicia aqui não é apenas um programa de doutorado, mas um movimento histórico de defesa da sociedade contra os mecanismos que, sob o pretexto de protegê-la, a fragmentam e violentam.

Mais do que uma experiência acadêmica, este doutorado representa um projeto civilizatório. Ao propor o diálogo entre as ciências e as realidades vividas, ele reconecta o conhecimento à vida e à responsabilidade pública da universidade. A interdisciplinaridade deixa de ser um método para tornar-se uma ética do encontro, uma prática de reconhecimento da diferença e de valorização da pluralidade como fonte de potência coletiva.

A contribuição dos discentes, aliada à orientação de um corpo docente comprometido com a transformação social, revela que o conhecimento não se encerra nos muros da academia; ele se expande em direção às comunidades, às fronteiras, às vozes que por muito tempo foram invisibilizadas. Esse processo é o que confere sentido à função social da universidade pública: devolver à sociedade o conhecimento que dela emerge, agora ressignificado e transformador.

Os desafios enfrentados pela primeira turma; desde a construção de metodologias dialógicas até a consolidação de uma identidade institucional; são, ao mesmo tempo, marcos e testemunhos de uma pedagogia de resistência. Resistir, neste contexto, é insistir na esperança, na dignidade e no direito à pesquisa como prática emancipatória. É compreender que toda fronteira, quando atravessada pelo diálogo, se torna território fértil de reconstrução.

Inspirados nas reflexões de Handerson Joseph (2020), Martins e Cavlak (2020) e Sá e Ferreira (2025), compreendemos que a interdisciplinaridade não apenas rompe os limites entre disciplinas, mas rompe os silêncios da exclusão. Assim como os migrantes estudados por Joseph cruzam fronteiras físicas e simbólicas para reconstruir suas identidades, os pesquisadores da Amazônia cruzam as fronteiras epistemológicas para reconstruir o sentido de pertencimento e justiça social.

Por fim, esta experiência formativa deixa uma marca indelével na história acadêmica da UNIFAP e na própria trajetória das políticas públicas da região. A interdisciplinaridade, quando vivida em sua plenitude, revela-se como um bem comum da humanidade, uma ponte entre saberes, povos e esperanças. Cada tese, cada pesquisa e cada encontro neste doutorado se torna uma semente lançada em solo amazônico, germinando em forma de cidadania, solidariedade e transformação social.<sup>4</sup>

### Referências

- [1]. Brasil. Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil. Brasília, Df: Senado, 1988.
- [2]. Brasil. Ministério Da Educação. Portaria Mec Nº 113, De 17 Fev. 2025. Reconhece Cursos De Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado E Doutorado) Aprovados Pela Capes. Diário Oficial Da União, Brasília, Df, Seção 1, N. 35, P. 79, 19 Fev. 2025.
- [3]. Brasil. Plataforma Lattes. Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico E Tecnológico – Cnpq. Currículos Dos Discentes Do Doutorado Em Estudos De Fronteira Da Unifap. Brasília: Cnpq, 2025. Disponível Em: <https://lattes.cnpq.br>. Acessado Em 09 De Dez. 2025.
- [4]. Demo, Pedro. Educar Pela Pesquisa. 6. Ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- [5]. Fazenda, Ivani Catarina Arantes (Org.). Interdisciplinaridade: Pensar, Pesquisar, Intervir. São Paulo: Cortez, 2011.
- [6]. Foucault, Michel. Em Defesa Da Sociedade: Curso No Collège De France (1975-1976). Tradução De Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

---

<sup>4</sup> Agradecimentos especiais a todos os profissionais que direta ou indiretamente participaram da criação e desenvolvimento do curso, assim como, aos discentes do mestrado que junto aos seus mentores, com suor e muito ciência, estabeleceram padrões que possibilitaram a criação do Doutorado em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Do lado de cá, fazemos todo o possível para honrar essa trajetória de luta, resistência e emancipação socioeducacional.

- [7]. Joseph, Handerson. O Sistema Migratório Haitiano Nas Guianas: Para Além Das Fronteiras. *Diálogos*, Maringá-Pr, V. 24, N. 2, P. 228-258, Maio/Ago. 2020. Doi: 10.4025/Dialogos.V24i2.54154.
- [8]. Lück, Heloísa. *Dimensões Da Gestão Escolar E Suas Competências*. Curitiba: Positivo, 2009.
- [9]. Martins, Carmentilla Das Chagas; Cavlak, Iuri. O Dilema Da Participação Local Na Cooperação Transfronteiriça Brasil–França (1990–2015). *Diálogos*, Maringá-Pr, V. 24, N. 2, P. 103–124, Maio/Ago. 2020. Doi: 10.4025/Dialogos.V24i2.53329.
- [10]. Martins, Flávio. *Curso De Direito Constitucional*. 2. Ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2023.
- [11]. Martins, Flávio. *Direitos Sociais Em Tempos De Crise*. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.
- [12]. Nascimento, Durbens Martins; Porto, Jadson Luís Rebelo (Orgs.). *Interações Fronteiriças No Platô Das Guianas: Novas Construções, Novas Territorialidades*. Macapá: Publit, 2010.
- [13]. Philippi Jr., Arlindo; Tucci, Carlos E. Morelli; Hogan, Daniel Joseph; Navegantes, Raul (Eds.). *Interdisciplinarity In Environmental Sciences*. São Paulo: Signus Editora, 2000. Available At: [https://www.unievangelica.edu.br/files/images/interdisciplinaridade%20e%20ci%C3%Aancias%20ambientais%20\(3\).pdf#Page=62](https://www.unievangelica.edu.br/files/images/interdisciplinaridade%20e%20ci%C3%Aancias%20ambientais%20(3).pdf#Page=62). Accessed On: December 10, 2025.
- [14]. Porto, Jadson Luís Rebelo. A Fronteira Como Lócus De Encontros. In: Nascimento, Durbens Martins; Porto, Jadson Luís Rebelo (Orgs.). *Interações Fronteiriças No Platô Das Guianas: Novas Construções, Novas Territorialidades*. Macapá: Publit, 2010. P. 229-236.
- [15]. Sá, Antonia Deusa; Ferreira, José Francisco De Carvalho. Perspectivas Docentes Sobre A Educação Básica No Amapá (Brasil), Pós-Estadualização. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, São José Dos Pinhais, V. 18, N. 6, P. 01–25, Jan. 2025. Doi: 10.55905/Revconv.18n.6-143.
- [16]. Tonet, Ivo. Interdisciplinarity, Human Development And Human Emancipation. *Serviço Social & Society*, São Paulo, No. 116, Pp. 725–742, Oct.–Dec. 2013. Available At: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Gxvfhtx9x44bbqzhjqnfs/>. Accessed On: December 10, 2025.
- [17]. Universidade Federal Do Amapá (Unifap). Edital Nº 01/2025 – Ppgef: Processo Seletivo Para O Curso De Doutorado Em Estudos De Fronteira – Turma 2025. Macapá: Unifap, 2025. Disponível Em: <https://www.unifap.br/editais/Edital-No-01-2025-Ppgef-Processo-Seletivo-Nivel-Doutorado/>. Acesso Em: 9 Dez. 2025.
- [18]. Wanderley, Luiz Jardim De Moraes. Repensando A Noção De Fronteira No Contexto De Reestruturação Espacial Da Amazônia No Século Xxi. *Terra Livre*, São Paulo, V. 31, N. 46, P. 13-48, 2018.